

A PRODUÇÃO ACADÊMICA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL (2000 – 2005)

Manuela Monteiro dos Santos Macêdo¹; Faní Quitéria Nascimento Rehem²

1. Bolsista FAPESB/CNPq, Graduando em Pedagogia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail:

manukamonteiro@gmail.com

2. Orientadora, Departamento de Educação, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: fanirehem@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Educacionais; Produção Acadêmica; Educação Infantil.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é oriundo da experiência de Iniciação Científica (IC) da Universidade Estadual de Feira de Santana, que teve como objetivo identificar e analisar as características das teses e dissertações produzidas no período de 2000 a 2005 nos programas de pós-graduação em educação, que têm como objeto de discussão as políticas educacionais para educação infantil. Em diálogo com os referenciais abordados para a construção do relatório, nos amparamos em estudos que tratam da trajetória histórica da educação infantil como Del Priori (1991) e Kuhlmann Jr (1998); no marco legal configurado pela Constituição de 1998, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, que asseguram os direitos das crianças em nosso país; bem como em trabalhos que defendem a pesquisa no “Estado da Arte” e analisam as políticas educacionais, as produções acadêmicas, como Rocha (1999), Arce (2001), Arretche (2003), Ferreira (2002), Hofling (2001), Penn (2002), Rosemberg (2002), Shiroma, Campos e Garcia (2005), Rehem (2013), Silva (2015) e Silva e Jacomini (2016), os quais têm discutido e problematizado sobre a educação infantil, analisando documentos oficiais, seu contexto histórico e análise da produção acadêmica. A partir da análise do material indicado, tem-se a considerar que há uma prevalência da produção no eixo Sudeste-Sul, além do debate se centrar em torno do contexto teórico prático, em detrimento do contexto político, confirmando algumas reflexões realizadas pelos autores acima citados. As análises apontaram para a necessidade de ampliação das discussões no campo das produções acadêmicas em Políticas Educacionais para a Educação Infantil nos cursos de mestrado e doutorado ofertados pelas Universidades públicas.

MATERIAL E MÉTODOS OU METODOLOGIA

O presente trabalho está situado no campo de pesquisa de caráter delimitado como “Estado da Arte” ou “Estado do Conhecimento”, que por sua abrangência propicia uma visão das discussões que tem ganhado destaque nas produções acadêmicas nos programas de pós-graduação. Segundo Romanowski e Ens (2006, p.38) “a realização destes balanços possibilita contribuir com a organização e análise na definição de um campo, uma área, além de indicar possíveis contribuições da pesquisa para com as rupturas sociais”. A abordagem é de natureza qualitativa que, embora tenha por base a quantidade de produção das discussões no campo das políticas educacionais para educação infantil, a ênfase recai na qualidade dos resumos tomando como direção as abordagens teóricas sobre o tema.

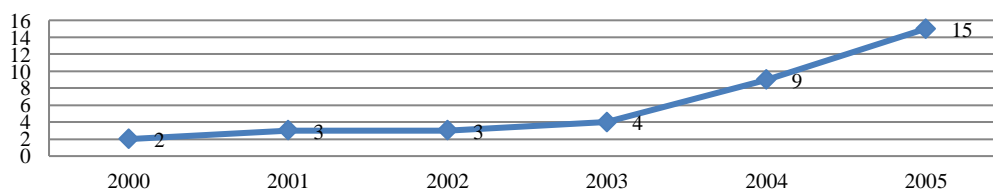
A base de dados para esta investigação advém de trabalhos acadêmicos que versam sobre as políticas educacionais para a educação infantil. O material utilizado na pesquisa é proveniente de outra maior que traçou o quadro das produções em políticas educacionais em âmbito nacional, colocando-as por eixo de discussão, dividindo em nove (9) eixos as produções das instituições de ensino superior no Brasil. Para a organização do banco de dados foram utilizadas como forma de seleção as seguintes características: ano de defesa e Instituição de Ensino Superior (IES), número de teses e dissertações (mestrado e doutorado), produção por IES, região de localização da IES, número de trabalhos por estado, além da

análise e classificação dos resumos, para o qual necessitou-se da definição dos seguintes descritores: Infantil, Infância e Creche. A pesquisa utilizou como critério de análise os trabalhos de programas de pós-graduação em educação que alcançaram nota igual ou superior a cinco na avaliação trienal (2010) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Para tanto, priorizamos as teses e dissertações dos programas de pós-graduação das seguintes instituições: PUC/RJ, UERJ, UFMG, UFF, UNISINOS, UFES, UFG, UFPR, UFRGS, UFRJ, UNESP/MAR, UNICAMP, UNIMEP, FEUSP.

RESULTADOS E/OU DISCUSSÃO

A organização dos dados sobre a produção acadêmica de 2000 a 2005 revelou a existência de 36 produções, sendo 25 dissertações e 11 teses, sobre o tema políticas educacionais para educação infantil. Após análises do material, observamos que por ano de produções acadêmicas, de 2000 a 2003 foi inexpressiva, em média de 2 a 4 produções e em 2004 e 2005 houve um aumento significativo, passando para 9 e 15 produções, respectivamente, conforme mostra o gráfico abaixo.

A PRODUÇÃO ACADÊMICA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL (2000-2005)



Isto nos permite refletir sobre os fatores internos e externos que têm colaborado para o aumento das produções na área de políticas educacionais para a educação nos anos de 2004 a 2005. Considerando o crescimento do campo de discussão acadêmica voltados para políticas públicas, é preciso entender que toda demanda discursiva emerge de fatores relevantes, portanto é necessário conhecer esses dispositivos que tem impulsionado o aumento das discussões sobre o presente tema, é nesta perspectiva que Arretche (2003, p.7) aborda:

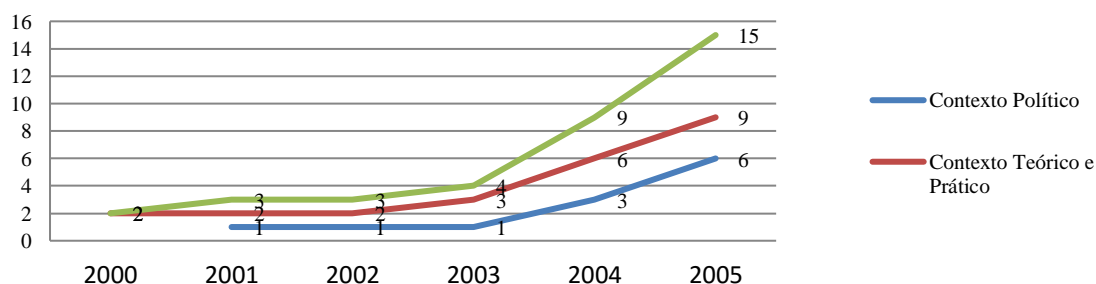
O crescente interesse por essa temática está diretamente relacionado às mudanças recentes da sociedade brasileira. O intenso processo de inovação e experimentação em programas governamentais – resultado em grande parte da competição eleitoral, da autonomia dos governos locais, bem como dos programas de reforma do Estado -, assim como as oportunidades abertas à participação nas mais diversas políticas setoriais – seja pelo acesso de segmentos tradicionalmente excluídos a cargos eletivos, seja por inúmeras novas modalidades de representação de interesse – despertam não apenas uma enorme curiosidade sobre os “micro” mecanismos de funcionamento do Estado brasileiro, como também revelaram o grande desconhecimento sobre sua operação e impacto efetivo.

Os resumos e os títulos das produções analisadas abordam diversas temáticas sobre a política educacional para educação infantil, sendo os seguintes: formação, práticas e valorização dos profissionais da educação infantil (Implementação de cursos em Universidades); gestão do ensino; políticas municipais para educação infantil (Rio de Janeiro,

Araguaína – Tocantins, Belo Horizonte, Vitória, Paraná, Bauru, Porto Alegre e Viamão – Rio Grande do Sul, Ponta Grossa, São Paulo); política de financiamento da educação; Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF); educação comunitária e creches; Projeto Político Pedagógico – PPP; direito da criança; organizações comunitárias; infância e pobreza; políticas públicas para educação e movimentos sociais; educação infantil indígena.

Quando analisamos os resumos das produções, teses e dissertações, localizamos que 24, cerca de 66,67%, são de análise teórico prático; poucas são as produções que se detém sobre a análise do contexto político, 33,33% delas, contabilizando 12 das 36 produções, configurando uma pouca quantidade na área da educação infantil entre 2000 a 2005; conforme demonstrado no gráfico abaixo:

A PRODUÇÃO ACADÊMICA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL (2000-2005)



Diversas pesquisas evidenciam esta configuração da produção acadêmica como Rocha (1999), Arretche (2003), Rehem (2013), bem como sinaliza a pesquisa feita por Silva e Jacomini (2016, p.10):

Esses estudos, assim como os resultados da pesquisa que vimos desenvolvendo, evidenciam o contrário do que preconiza o PNPG. Percebemos que o estudo da produção na área vem trazendo contribuições importantes para o conhecimento das realidades e tem priorizado a sala de aula.

Fato que pudemos percebermos nesta pesquisa, o valor dado às discussões de cunho teórico prático nas defesas, que por nós é considerado importante, porém entendemos que a educação envolve diversos fatores para entendê-la e defendemos que estes sejam abordados e expostos nas produções acadêmicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho revela a importância da pesquisa denominada estado da arte devido ao alcance em apontar lacunas, organizar discussões e realizar análise histórica, bem como revela o quanto é necessário avançar no campo das discussões acadêmicas sobre políticas educacionais para educação infantil. Os resumos dizem muito a respeito das discussões ocorridas no campo da educação nos cursos de pós-graduação. Assim as leituras evidenciaram a prevalência das discussões no campo teórico prático, apontando assim uma lacuna que precisa ser preenchida pelas defesas, teses e dissertações que são as questões políticas da educação. Nessa perspectiva, as análises aqui destacadas confirmam que o meio acadêmico não tem dado tanta importância às discussões sobre o contexto das políticas educacionais para educação infantil, centralizando, conforme indicam Rocha (1999), Arce

(2001), Arretche (2003), Rehem (2013), Jacomini e Silva (2016) os estudos sobre o contexto da teoria e a prática.

Consideramos assim, a contribuição deste trabalho por organizar um quadro e expor o formato da defesa das políticas educacionais para educação infantil no Brasil (2000-2005), dialogando com pesquisadores como os citados acima que defendem a existência de fatores que envolvem e atingem a educação diretamente que precisam ser tratados, questionados, que vençam o olhar apenas sobre o pedagógico, mas também possam problematizar a educação, a sociedade e as políticas educacionais que definem as ações da escola.

REFERÊNCIAS

- ARCE, Alessandra. Compre o Kit Neoliberal para a Educação Infantil e ganhe grátis os dez passos para se tornar um professor reflexivo. *In: Educação & Sociedade*, ano XXII, nº 74, Abril/2001.
- ARRETICHE, Marta. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. *In: RBCS Vol. 18 nº. 51 fevereiro/2003.*
- DEL PRIORE, Mary. *História das crianças no Brasil: Jesuítas e as crianças no Brasil Quinhentistas*. Contexto: São Paulo, 1991.--(Caminhos da história).
- FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. *In: Educação & Sociedade*, ano XXIII, no 79, Agosto/2002.
- HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. *In: Cadernos Cedes*, ano XXI, nº 55, novembro/2001.
- KUHLMANN JUNIOR, Moysés. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 1998, p.197- 2009
- MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *In: Educ. Soc.* Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.
____Disponível em <http://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/34/10> acesso em 20 de maio de 2016
- PENN, Hellen. Primeira Infância: A visão do Banco Mundial. *In: Caderno de Pesquisa nº 115*, p.7-24, mar/2002. Tradução de Fúlvia Rosemberg.
- REHEM, Fani Quitéria Nascimento. “Coisa de pobre”: A política de educação infantil em Feira de Santana – Bahia (2001-2008). *Tese de Doutorado*. Brasília: UNB, 2013.
____Disponível:http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15047/1/2013_FaniQuiteriaNascimentoRehem.pdf acesso em 28 Janeiro de 2016.
- ROCHA, Elosa Acires Candal. *A pesquisa em educação infantil no Brasil: trajetória recente e perspectivas de consolidação de uma pedagogia*. Campinas, SP: [s.n.], 1998.
- ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte” em educação. *In: Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 6, n.19, p.37-50, set./dez. 2006.
- ROSEMBERG, Fúlvia. Organizações Multilaterais, Estado e Políticas de Educação Infantil. *In: Cadernos de Pesquisa*, n. 115, março/2002.
- SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselane Fátima; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. *In: PERSPECTIVA*, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 427-446, jul./dez. 2005.
- SILVA, Antonia Almeida. A pesquisa em políticas educacionais e sua evolução nos programas de Pós-graduação no Brasil. *In: Olhares*, Guarulhos, v.3, n.2, p.34-46, nov.2015.
- SILVA, Antonia Almeida; JACOMINI, Márcia Aparecida. A pós-graduação e a pesquisa sobre/na educação básica: relações e proposições. *In: Educ. Pesqui.*, São Paulo, Ahead of print, abr. 2016. <<<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-9702201604143113>>>